



Uso de dados de avaliações externas por redes municipais de educação paulistas

*Uses of results of external assessments for the
management of primary schools in local education
networks in the state of São Paulo*

*Usos de los resultados de evaluaciones externas en la
gestión de las escuelas primarias en redes locales de
educación en el estado de São Paulo*

**Sandra Zákia Sousa^[a], Angela Maria Martins^[b, c], Cláudia Oliveira Pimenta^[a],
Ione Ishii^[a], Mauro Pedro dos Santos^[c]***

^[a] Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação, São Paulo, SP, Brasil

^[b] Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo, SP, Brasil

^[c] Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), São Paulo, SP, Brasil

* SZS: professora, doutora, e-mail: sanzakia@usp.br

AMM: professora, doutora, e-mail: ange.martins@uol.com.br

COP: doutoranda em Educação, professora na rede estadual de São Paulo,
e-mail: pimentaclaudia@ibest.com.br

II: doutoranda em Educação, professora na rede estadual de São Paulo, e-mail: ioneishii@uol.com.br

MPS: mestre em Educação, supervisor escolar da Rede Municipal de Ensino de São Paulo,
e-mail: mauro-san2007@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta resultados de um estudo que teve como propósito explorar eventuais usos de resultados de avaliações externas para a gestão da escola básica, em cinco redes municipais de educação no estado de São Paulo. A pesquisa apresentava o propósito de identificar e analisar a visão de coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental sobre possíveis usos dos resultados das avaliações externas no trabalho pedagógico, especialmente na coordenação pedagógica e na atuação dos professores das escolas sob sua coordenação. As opiniões dos coordenadores foram coletadas por meio de questões elaboradas em escala *Likert*, com informações sobre seu perfil de formação, trajetória profissional e usos dos resultados das avaliações. Os resultados revelam crescente valorização das avaliações externas no desenvolvimento de práticas pedagógicas nas redes municipais de ensino estudadas.

Palavras-chave: Gestão da educação municipal. Avaliações externas. Coordenação pedagógica.

Abstract

This article presents results of a study that aimed to explore possible uses of results of external evaluations for the management of primary schools in five local education systems in the state of São Paulo. The research had the purpose to identify and analyse opinions of coordinators of Elementary School about the possible use of the results of external evaluations in educational work, especially in teaching coordination and performance of teachers of schools under their direction. Their opinions were collected using Likert scale questions, prepared with information about training, professional development and uses of evaluation results. The results reveal growing appreciation of the external evaluations in the development of teaching practices in municipal systems.

Keywords: Municipal education management. External evaluations. Teaching coordination.

Resumen

Este artículo presenta los resultados de un estudio que tuvo como objetivo explorar los posibles usos de los resultados de las evaluaciones externas de la gestión de las escuelas

primarias en cinco redes locales de educación en el estado de São Paulo. La investigación que se presenta buscaba identificar y analizar la visión de los coordinadores de escuelas en los posibles usos de los resultados de las evaluaciones externas en el trabajo educativo, sobre todo en el trabajo de la coordinación y de los docentes de las escuelas bajo su dirección. Las opiniones de los coordinadores fueron obtenidos mediante las preguntas de escala Likert preparados con información acerca de su formación, el desarrollo profesional y los usos de los resultados de evaluación. Los resultados ponen de manifiesto la creciente apreciación de las evaluaciones externas en el desarrollo de las prácticas de enseñanza en las redes municipales estudiado educación.

Palabras Clave: *Gestión de la educación municipal. Evaluaciones externas. Coordinación docente.*

Introdução

Este artigo apresenta resultados de um estudo que teve como propósito explorar eventuais usos de resultados de avaliações externas para a gestão da escola básica, como desdobramento de investigação que analisou experiências municipais do estado de São Paulo premiadas e/ou registradas no Banco de Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira (Inep), denominado “Laboratório de Experiências Inovadoras”¹. A referida investigação evidenciou que resultados de avaliações externas² vinham se constituindo como referência para a gestão da Educação Básica em quatro redes municipais de educação abrangidas no estudo original (aqui denominadas M1, M2, M3, M4). Também, em

¹ *Experiências inovadoras em educação*: avaliação de programas educacionais incentivados pelo Governo Federal. Pesquisa financiada pelo Observatório da Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) / INEP / SECAD, desenvolvida em rede (Unicid, Unicamp e Unesp), sob coordenação de Sandra M. Zákia L. Sousa. Relatório final, São Paulo, 2012.

² O uso da expressão *avaliações externas* refere-se usualmente a avaliações em larga escala, embora alguns municípios a complementem com outras modalidades de avaliação.

uma das redes envolvidas no estudo (M5), a experiência de valorização da produção docente parecia ter potencial para oferecer aportes para o debate sobre a avaliação.

Diante da constatação de que as avaliações externas têm adquirido relevância na organização dos processos de planejamento e gestão educacionais municipais e que há a pretensão de que tais resultados sejam incorporados pelas escolas e seus profissionais na consecução do trabalho escolar, desenvolveu-se estudo com o propósito de identificar e analisar a visão de coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental sobre possíveis usos dos resultados das avaliações externas no trabalho pedagógico, especialmente na coordenação pedagógica e na atuação dos professores das escolas sob sua coordenação.

Realiza-se, inicialmente, uma discussão sobre usos de avaliações externas por redes municipais de ensino na elaboração e implementação de suas políticas educacionais; apresenta-se, ainda, a relevância do trabalho de coordenadores pedagógicos, tendo em vista os aspectos inerentes ao exercício de sua função, sobretudo no que se refere à articulação e ao acompanhamento das atividades pedagógicas no âmbito escolar. Finalmente, são apresentados e discutidos os resultados obtidos no estudo em pauta.

O estudo voltado para redes municipais de ensino decorre do reconhecimento da crescente adesão dessas redes e de escolas às avaliações externas, as quais, desde os anos 1990, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo governo federal, passam a ser disseminadas à sociedade “como mecanismos voltados a subsidiar a elaboração de diagnósticos sobre a realidade educacional e a orientar a formulação de políticas visando à promoção da equidade e da melhoria da qualidade do ensino” (SOUSA, 2009, p. 32).

Em meados dos anos 90, iniciativas próprias de avaliações estaduais e municipais gradualmente se intensificam, revelando “uma adesão à ideia da necessidade da avaliação para qualificar a gestão da educação” (SOUSA, 2009, p. 36). A partir dos anos 2000, observa-se maior disseminação dessas avaliações, principalmente com a implantação da Prova

Brasil em 2005 e a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2007 (SOUSA; ARCAS, 2010).

Evidencia-se, ainda, em alguns estados e municípios, a implementação de mecanismos indutores para o uso das avaliações, traduzidos em incentivos financeiros para escolas e profissionais da educação, atrelados aos resultados obtidos pelos alunos nas provas. Para Sousa (2009, p. 40), “o reconhecimento do fraco poder indutor da avaliação tem impulsionado iniciativas de vinculação de seus resultados a incentivos”. No caso dos municípios, é a partir dos anos 2000 que se identificam mais iniciativas locais de criação de propostas próprias de avaliações em larga escala (SOUSA, 2013).

A opção por entrevistar coordenadores pedagógicos decorreu do reconhecimento do poder indutor de sua atuação no sentido de impulsionar — ou não — a valorização dos resultados das avaliações externas no âmbito do trabalho escolar, o que vem sendo reiterado em diversos estudos (PIMENTA, 2012; SILVA, M., 2011; SILVA, A.; FERNANDES, 2012; SILVA, K.; SOUSA, 2012). De acordo com Pimenta (2012, p. 92), o coordenador pedagógico “usualmente [...] tem se responsabilizado [...] pela organização dos processos avaliativos internos da escola e, mais recentemente, dos externos [...]”.

No âmbito do estudo ora apresentado, foram coletadas manifestações de coordenadores pedagógicos de cinco municípios, cujos gestores expressaram utilizar resultados de avaliações externas na condução do trabalho pedagógico³.

O município M1 desenvolvia experiência voltada para o acompanhamento direto e sistemático da aprendizagem das crianças nas escolas, pela equipe pedagógica da Secretaria. De acordo com as coordenadoras do projeto, os dados das avaliações externas (Prova Brasil e Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo — Saresp) eram considerados na realização desse acompanhamento.

³ Conforme dados coletados na investigação citada *Experiências Inovadoras em Educação: avaliação de programas educacionais incentivados pelo governo federal*.

O município M2 realizou avaliação externa própria entre 2005 e 2008, passando, a partir de 2009, a participar do Saresp, utilizando os resultados dessas avaliações no planejamento do trabalho pedagógico.

Informações obtidas por meio de entrevistas com gestores do município M3 revelaram o uso de resultados de avaliações externas no planejamento escolar, bem como a implementação de iniciativas complementares de avaliação da rede de ensino, como a realização de avaliação institucional.

O município M4 vinha utilizando dados oriundos da Prova Brasil e do Programa Municipal de Avaliação do Sistema de Ensino (Promase) — avaliação externa própria do município — como parte da implementação da avaliação institucional.

No município M5, a avaliação vinha subsidiando a condução das ações na rede de ensino, em especial, projeto voltado para a valorização e a produção de conhecimentos pelos profissionais da educação.

Considerando a incorporação gradativa de avaliações externas no planejamento e na implementação de políticas educacionais nesses municípios e o papel de coordenadores pedagógicos — comumente reconhecidos como os profissionais que têm como incumbência articular o trabalho pedagógico das escolas e, por conseguinte, os processos avaliativos nelas existentes — é que se delinearão os caminhos de investigação.

Procedimentos de investigação

Realizou-se uma investigação qualitativa, de caráter exploratório. Foram aplicados questionários aos coordenadores pedagógicos dos cinco municípios, para a coleta de informações sobre perfil de formação, trajetória profissional e opiniões sobre usos dos resultados das avaliações, por eles e por docentes sob sua coordenação.

As opiniões dos coordenadores foram coletadas por meio de questões elaboradas em escala *Likert*, a fim de obter distribuição normal das respostas às sentenças que versavam sobre usos de resultados em

avaliações externas pelos coordenadores, bem como obter sua opinião sobre como os professores utilizam os mesmos resultados. As respostas assinaladas indicavam a frequência com que coordenadores e professores, na opinião dos primeiros, praticavam as ações descritas. Dessa forma, pretendia-se obter informações onde a média das respostas às questões apresentadas pudesse “constituir um bom indicador sobre as atitudes dos respondentes frente ao objeto investigado” (PAGAN, 2009, p. 36).

No questionário foram apresentados separadamente os itens em que se solicitava dos coordenadores informações sobre o uso declarado, por eles próprios, dos resultados de avaliações externas e os itens que tratavam do uso desses resultados pelos professores, na visão do coordenador. As respostas assinaladas pelos coordenadores indicavam a frequência (nunca, raramente, às vezes, quase sempre e sempre) em que as ações, descritas nos itens, eram realizadas.

As respostas que assinalaram as frequências “sempre” e “quase sempre” foram consideradas, para efeito de interpretação, indicativas de práticas usuais entre os coordenadores. Por isso, ao se apresentar os resultados obtidos, essas respostas foram somadas. O mesmo foi definido para as respostas às frequências “nunca” e “raramente”, já que indicavam práticas pouco usuais dos coordenadores.

A aplicação do questionário foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2012. Em todos os municípios, a aplicação se deu em uma reunião de rotina organizada pela Secretaria Municipal de Educação, quando todos os coordenadores estavam ou deveriam estar presentes. O questionário foi respondido por 131 dentre os 164⁴ coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental em atuação nos municípios em estudo, sendo: 23 dos 30 coordenadores do município M1; quatro dos seis coordenadores do município M2; 73 dos 96 profissionais que atuam como coordenadores no município M3; seis dos 11 coordenadores do município M4

⁴ O número de coordenadores do Ensino Fundamental, atuantes nos municípios, foi fornecido pelas equipes das respectivas secretarias municipais de educação. Os 164 coordenadores atuam em 167 escolas.

e 25 dos 25 coordenadores do município M5. Portanto, aproximadamente 80% de coordenadores de Ensino Fundamental dos municípios em estudo responderam ao questionário.

Sobre as redes estudadas e seus coordenadores pedagógicos

Informações referentes às características educacionais dessas redes de ensino e dos respondentes foram coletadas com vistas a iluminar a compreensão de possíveis diferenças que viessem a ser identificadas em suas respostas. No entanto, ao se analisar as tendências das manifestações registradas pelos coordenadores, relativas à avaliação externa, não foi possível associar essas variáveis às informações fornecidas, assim, não se adotou o tratamento das respostas por município.

Embora as especificidades dos municípios não tenham condicionado respostas diversificadas dos coordenadores, para uma aproximação dos leitores com os contextos estudados, segue sucinta descrição de suas características.

Quanto ao número de escolas, o município M1 possuía 30 escolas que atendiam ao Ensino Fundamental; o município M2, seis; o município M3, 101; o município M4, 12; e o município M5, 34 (IBGE, 2009). De modo correspondente, o quantitativo de matrículas era bastante distinto, ou seja: a rede educacional do município M1 possuía alunos matriculados no Ensino Fundamental I e II, com 6.721 matrículas no EF I e 4.383 no EF II; as redes educacionais dos municípios M2, M3, M4 e M5, no que se refere a essa etapa, atendia apenas ao EF I: 1.552 matrículas (M2); 50.759 (M3); 2.298 (M4); e 11.772 (M5).

No que se refere às taxas de rendimento dos alunos matriculados no Ensino Fundamental em 2011, o município M1 apresenta a menor taxa de aprovação no EF I (89,9%) e a maior de reprovação (10,0%), seguido do município M4, que apresenta 91,4% de aprovação e 8,4% de reprovação. O município M3 aprovou quase a totalidade de seus alunos

(99,2%), seguindo-se os municípios M5 e M2, respectivamente. As taxas de abandono, em todos os municípios, não chegam a 2,0%.

Os valores obtidos pelo Ideb relativos aos municípios em estudo, no que tange ao Ensino Fundamental I, mantiveram ou superaram as metas estabelecidas para os anos de 2007, 2009 e 2011. Para o Ensino Fundamental II, o município M1 ficou levemente abaixo da meta estabelecida para o ano de 2011.

Quanto aos 131 respondentes, no que se refere às características gerais do perfil profissional e de formação dos coordenadores, estamos falando de um grupo predominantemente feminino, constituído por professoras efetivas/concursadas, com menos de cinco anos na Coordenação Pedagógica (tanto na rede como na escola em que atua), mais de dez anos de atividade docente, dedicação exclusiva em jornadas de trabalho de 40 horas semanais. Essas coordenadoras fizeram curso Normal, Pedagogia e Pós-graduação/Especialização em Psicopedagogia. Atuam no Ensino Fundamental I, em escolas que atendem o Ensino Fundamental I (não exclusivamente), localizadas na região periférica dos municípios, com mais de 15 turmas e cerca de 35 alunos em cada turma, organizadas em três turnos. Coordenam equipes com mais de 20 professores e afirmam participar de avaliações externas.

Em uma visão sintética, pode-se afirmar que as escolas em que os coordenadores atuam têm características diversificadas, mas não se revelaram influentes no trato dos coordenadores com a avaliação externa.

Sobre as avaliações externas

Quando questionados sobre a participação das escolas em que atuam em avaliações externas, os coordenadores registraram, em maior número, a participação na Prova Brasil e na Provinha Brasil (Tabela 1). A avaliação oriunda de sistema apostilado foi registrada por coordenadores de apenas um município (M1), referindo-se ao grupo Expoente (Sistema Apostilado Expoente – SAE).

Considerando que a Prova Brasil é aplicada em todas as escolas, seria esperado que todos os respondentes assinalassem que as escolas sob sua coordenação participam dessa avaliação. No entanto, as informações coletadas no âmbito desta pesquisa não trazem elementos que permitam explicar tal distorção, ou seja: se temos 131 respondentes, no mínimo, teríamos que ter a indicação de que 131 escolas aplicam a Prova Brasil, considerando, nesse caso, que cada coordenador atua em apenas uma escola.

Tabela 1 – Número e porcentagem de coordenadores que indicaram participação das escolas em avaliações externas, especificando o tipo de avaliação

Tipo de Avaliação	N.	%
Prova Brasil	120	91,6
Provinha Brasil	52	39,6
Saresp	27	20,6
Avaliação de sistemas apostilados	19	14,5
Avaliação do próprio município	15	11,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram alguns coordenadores de dois municípios que não mencionaram a participação na Prova Brasil: dez (14%) coordenadores dentre os 73 do município M3 e um dentre os 25 coordenadores do município M5. Talvez, não tenham mencionado essa prova porque não utilizam seus resultados.

A Provinha Brasil, embora elaborada pelo governo federal, não tem caráter obrigatório de aplicação, seja por gestores, seja por escolas ou professores. Seu propósito é subsidiar redes, escolas e/ou professores “[...] no diagnóstico do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização [...]” (INEP, 2012). Nesse caso, se todos os coordenadores indicassem que as escolas de EF I que coordenam aplicam a Provinha, teríamos 120 indicações, pois 11 coordenadores não atuam no EF I.

O que se pode inferir das respostas assinaladas pelos coordenadores é que o uso da Provinha Brasil tende a ser uma decisão das escolas ou do coordenador, e não dos gestores da rede, pois em nenhum município o número de indicações corresponde ao total de escolas de EF I em que atuam os coordenadores.

Em relação ao Saresp, a participação depende de adesão da rede municipal ao sistema de avaliação do estado de São Paulo. Nos casos em estudo, constata-se que há adesão por parte de dois municípios, pois as 27 indicações correspondem ao total de respondentes desses municípios: 23 coordenadores de M1 e quatro de M2.

O que dizem os coordenadores sobre o uso que fazem das avaliações

As manifestações dos coordenadores sobre o uso que fazem das avaliações externas e sua frequência podem ser observadas na Tabela 2.

As manifestações obtidas, em seu conjunto, evidenciam resposta afirmativa dos respondentes em relação ao uso de resultados de avaliações externas, no exercício da coordenação pedagógica.

As respostas aos itens 1, 4, 5 e 13, que dizem respeito a planejamento, replanejamento, revisão, reflexão e reformulação de documentos relacionados às práticas pedagógicas, indicaram tendência de uso dos resultados das avaliações externas em ações implementadas com essas finalidades. Ou seja, mais de 98% dos coordenadores “replanejam o trabalho pedagógico” (1), quase 100% disseram utilizar os resultados das avaliações no “planejamento de ações pedagógicas” (4) e mais de 90% dos coordenadores afirmaram “rever com os professores suas práticas pedagógicas” (5) e “repensar e reformular atividades pedagógicas” (13).

Ao item 3 (“estabelecer metas de melhoria do desempenho dos alunos nas próximas avaliações”) as respostas foram unânimes, ou seja, 100% dos coordenadores responderam “sempre” e “quase sempre”.

Tabela 2 – Usos dos resultados das avaliações pelos coordenadores - Respostas dos coordenadores aos itens (sentenças) do questionário aplicado

Item	Questão D - Você, no exercício de sua função como coordenador pedagógico, utiliza os resultados das avaliações externas para	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não respondeu
1	replanejar o trabalho pedagógico.	0,8	0,8	-	17,6	80,9	-
2	comparar resultados de sua escola com os resultados obtidos por outras escolas da rede municipal.	6,1	11,5	18,3	25,2	38,9	-
3	estabelecer metas de melhoria do desempenho dos alunos nas próximas avaliações.	-	-	-	9,9	90,1	-
4	planejar ações pedagógicas visando à melhoria de aprendizagem dos alunos.	-	-	-	3,1	96,2	0,8
5	rever com os professores suas práticas pedagógicas.	-	-	1,5	19,8	77,9	0,8
6	realizar seus estudos e suas pesquisas visando a seu aprimoramento profissional.	0,8	0,8	7,6	30,5	58,8	1,5
7	orientar a formação continuada de professores na escola.	-	0,8	-	23,7	75,6	-
8	orientar os professores que apresentem dificuldades de ensino.	-	1,5	-	16,8	80,2	1,5
9	valorizar e incentivar o uso de registros, na prática pedagógica, como forma de acompanhamento da aprendizagem dos alunos.	-	-	0,8	9,9	89,3	-
10	rever documentos pedagógicos, como proposta pedagógica da escola, regimento escolar, entre outros.	0,8	1,5	9,2	38,9	49,6	-
11	divulgar os resultados aos pais, responsáveis e demais membros da comunidade escolar.	-	3,1	8,4	29,0	59,5	-

Tabela 2 – Usos dos resultados das avaliações pelos coordenadores - Respostas dos coordenadores aos itens (sentenças) do questionário aplicado (Conclusão)

Item	Questão D - Você, no exercício de sua função como coordenador pedagógico, utiliza os resultados das avaliações externas para	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não respondeu
12	estimular a participação dos pais e responsáveis no acompanhamento da evolução da aprendizagem dos alunos.	-	-	3,8	13,7	82,4	-
13	repensar e reformular atividades pedagógicas propostas no planejamento anual.	-	-	1,5	20,6	77,9	-
14	orientar os professores na elaboração dos planos de ensino e planos de aula.	-	-	1,5	15,3	82,4	0,8
15	verificar a necessidade de pensar em estratégias de ensino para a melhoria da aprendizagem.	-	-	0,8	9,2	89,3	0,8
16	organizar atividades de estudos com os professores, sobre os descritores das provas.	-	-	3,1	27,5	68,7	0,8
17	elaborar e aplicar simulados e provões, para preparar os alunos para as provas.	8,4	6,1	14,5	22,1	48,9	-
18	identificar os alunos com dificuldade de aprendizagem.	-	1,5	3,1	8,4	85,5	1,5
19	organizar as turmas de recuperação paralela.	9,9	3,1	8,4	11,5	66,4	0,8
20	organizar as classes/turmas de acordo com o desempenho nessas provas.	64,1	8,4	6,1	6,1	14,5	0,8

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas assinaladas pelos coordenadores aos itens até aqui destacados apontam que os resultados de avaliações externas tendem a ser tomados como referência para o planejamento e a definição de procedimentos pedagógicos. Além disso, as respostas apresentadas pelos coordenadores indicam que o replanejamento é prática importante para o aprimoramento das atividades pedagógicas e procedimento estratégico para o cumprimento das metas de melhoria de desempenho.

Os itens 6 e 10, respectivamente, descrevem ações voltadas para o próprio coordenador, seja em sua formação, seja na revisão de documentos pedagógicos. Dos municípios pesquisados, cerca de 90% dos coordenadores afirmaram usar os resultados das avaliações externas “sempre” e “quase sempre” tanto para “realizar seus estudos e suas pesquisas” quanto para “rever documentos pedagógicos”.

As afirmações relacionadas ao trabalho do coordenador com o professor com base em resultados de avaliações externas — por exemplo, formação continuada e orientação pedagógica — estão registradas nos itens: 7, 8, 9, 14 e 16. As manifestações evidenciaram tendência dos coordenadores em utilizar os resultados das avaliações externas para a orientação de professores em suas ações na escola. Foram praticamente unânimes (indicando as respostas “sempre” e “quase sempre”) aos seguintes itens: 99% para “orientar a formação continuada de professores na escola” e para “valorizar e incentivar o uso de registros, na prática pedagógica, como forma de acompanhamento da aprendizagem dos alunos”; 97% para “orientar os professores que apresentam dificuldades de ensino” e para “orientar os professores na elaboração dos planos de ensino e planos de aula” e 96% para “organizar atividades de estudos com os professores, sobre os descritores das provas”.

Dessa forma, ao que parece, a influência não se limita aos momentos de planejamento anual, mas permeia as práticas dos coordenadores no desempenho de sua função, subsidiando a definição de ações relativas à formação, ao acompanhamento e à orientação dos professores.

As ações direcionadas ao aprimoramento do trabalho pedagógico, até aqui tratadas, visam, sem dúvida, à garantia de aprendizagem dos

alunos. No entanto, alguns itens do questionário (itens 15, 18, 19 e 20) abordaram especificamente iniciativas direcionadas aos alunos.

O conjunto das respostas a esses itens revelou que os resultados das avaliações têm subsidiado os coordenadores no diagnóstico das necessidades de ensino e de aprendizagem (15 e 18), mais do que na organização do espaço e das atividades escolares em função da proficiência dos alunos indicada pelos resultados das provas. É possível dizer que mais de 90% dos coordenadores registraram as seguintes práticas: “verificar a necessidade de pensar em estratégias de ensino para a melhoria da aprendizagem” e “identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem”.

Quando indagados sobre a possibilidade de “organizar as turmas de recuperação paralela” a partir de resultados de avaliações externas, 78% dos coordenadores responderam “sempre” e “quase sempre”. A maior diversidade de respostas a esse item foi verificada no município M3, onde 60% dos coordenadores responderam “sempre” e “quase sempre” e 23% responderam “nunca” e “raramente”.

As informações expressas até aqui corroboram pesquisas empíricas que verificaram o uso declarado de resultados por parte de coordenadores pedagógicos e/ou diretores escolares, em outras redes de ensino, como é o caso de uma diretoria de ensino da rede estadual de São Paulo (ARCAS, 2009); da rede estadual de Minas Gerais (SILVA, 2011); e do município paulista de Indaiatuba (PIMENTA, 2012), além de relato de experiência na rede municipal de São Paulo (SILVA, K.; SOUSA, 2012). Esses estudos identificaram, ainda, movimentos de “reorganização” do trabalho de coordenadores/diretores escolares em função de resultados obtidos em avaliações externas, apontando a tendência de conformação do trabalho pedagógico às avaliações.

Sobre o item “organizar as classes/turmas com base no desempenho nessas provas”, aproximadamente 21% dos coordenadores responderam “sempre” e “quase sempre”, e 73% responderam “nunca” e “raramente”. O município M3, com o maior número de coordenadores participantes

neste estudo, apresentou 86% de respostas para “nunca” e “raramente” e 11% para “sempre” e “quase sempre”. Esse resultado permite inferir que não há uma tendência de uso dos resultados para composição de classes homogêneas, compostas por alunos “fortes” e “fracos”, prática que as pesquisas evidenciam como não desejável, pois tende a penalizar “os mais fracos”.

A relação que os coordenadores estabelecem com os pais com base nos resultados das avaliações externas é tratada em dois itens. No item 11 — “divulgar os resultados aos pais, responsáveis e demais membros da comunidade escolar” —, 90% registraram ser uma prática que “sempre” ocorre. Além de divulgação, foi indicada pelos coordenadores, como prática usual, “estimular a participação dos pais e responsáveis no acompanhamento da evolução da aprendizagem dos alunos” (item 12). Nesse item, mais de 95% indicaram que “sempre” ou “quase sempre” adotam esse procedimento.

O item 17 — “elaborar e aplicar simulados e provões para preparar os alunos para as provas” — revelou 71% de concordância e 15% de discordância e, ainda, 14,5% de “às vezes”. O treinamento ou a elaboração de ações para que as provas sejam mais “familiares” aos alunos, de acordo com Stecher (2002), podem incidir positivamente no desempenho dos estudantes ao remover obstáculos referentes ao preenchimento das respostas e ao formato dos itens, evitando a subestimação de sua real aprendizagem. Todavia, para o autor, o treinamento para os testes não deve ser o foco de atuação da escola porque não necessariamente contribui para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Como se pode notar, em relação aos itens até aqui comentados, usualmente os coordenadores registram usos comuns dos resultados das avaliações, independentemente das especificidades dos contextos em que atuam. Com relação ao item 2, no entanto, constatou-se discrepância nas manifestações dos coordenadores. No item “comparar resultados da sua escola com os resultados obtidos pelas outras escolas da rede municipal”, 64% dos respondentes citaram como “sempre” ou “quase sempre” o uso dessa prática, enquanto 18% indicaram “nunca” ou “raramente” e,

também, 18% “às vezes”. Essas respostas sugerem que os resultados das avaliações externas têm servido para uma análise do trabalho de cada escola, tomando como referência ela mesma, pois, ao que parece, esses resultados tendem a não ser cotejados com os de outras unidades escolares.

O que dizem os coordenadores sobre o uso que professores fazem das avaliações

Ao serem indagados sobre possíveis usos que os professores viam fazendo das avaliações externas, foram apresentadas aos coordenadores 11 itens, cujas frequências de respostas podem ser observadas na Tabela 3.

No item 1 — “treinar os alunos para as avaliações, por meio de simulados e provões” —, observou-se maior diversidade de opiniões entre os coordenadores, ou seja, 42% responderam “sempre” e “quase sempre”, 38% “nunca” e “raramente”, 25% “às vezes”. O município M3 apresentou a maior variação de respostas para esse item. Apenas 19% dos coordenadores afirmaram que essa prática é usual, 42% responderam “nunca” e “raramente”, 33% “às vezes”. Considerando as respostas assinaladas pelos coordenadores no item 17, é possível supor que essa é uma prática que vem sendo adotada nas escolas, no entanto, tem ficado usualmente sob a responsabilidade dos coordenadores, e não dos professores.

Para o item 2 — “dar prioridade aos conteúdos solicitados em avaliações externas” —, também se observou diversidade de opiniões entre os coordenadores. Ao que parece, por essa resposta, os coordenadores interpretam que os professores não vêm assumindo as avaliações externas como elemento delimitador de seu plano de ensino.

Entretanto, ao responderem aos itens 3, 6 e 7, relacionados aos preparativos dos professores para a participação dos alunos nas avaliações externas, obteve-se a indicação de mais de 80% de respostas que afirmam serem práticas recorrentes entre os professores.

Tabela 3 – Usos dos resultados das avaliações pelos professores - Respostas dos coordenadores aos itens (sentenças) do questionário

Item	Questão E - Em sua opinião, os professores usam os resultados das avaliações externas para:	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não respondeu
1	treinar os alunos para as avaliações, por meio de simulados e provas.	13,7	16,0	25,2	20,6	21,4	3,1
2	dar prioridade aos conteúdos solicitados em avaliações externas.	8,4	4,6	40,5	26,7	17,6	2,3
3	orientar os estudantes para que participem da avaliação externa.	3,1	0,8	9,2	19,8	64,9	2,3
4	identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.	-	0,8	5,3	16,0	75,6	2,3
5	planejar atividades pedagógicas que contemplem as necessidades de aprendizagem dos estudantes.	-	0,8	3,8	16,8	77,1	1,5
6	estudar os descritores das avaliações externas.	-	1,5	9,9	27,5	60,3	0,8
7	preparar atividades pedagógicas baseadas nos descritores das avaliações externas.	-	2,3	12,2	39,7	44,3	1,5
8	solicitar orientação ao coordenador(a) pedagógico(a) para replanejar seu trabalho.	-	1,5	14,5	37,4	42,7	3,8
9	fazer o planejamento considerando os resultados das avaliações externas.	-	1,5	25,2	34,4	36,6	2,3
10	orientar pais sobre a importância da participação nas avaliações externas.	0,8	2,3	9,9	27,5	57,3	2,3
11	comparar o desempenho dos alunos nas avaliações externas com os objetivos propostos no plano de ensino.	-	2,3	10,7	29,0	55,7	2,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale destacar que o município M3, de acordo com documento⁵ publicado pela rede municipal de ensino em 2011, compreende que a avaliação deve dar conta “[...] de uma visão mais integral” do aluno. E acrescenta:

O educando interage com o mundo, e, nessa interação, ele o transforma, mesmo inconscientemente, de modo que a função da avaliação, integrada ao processo pedagógico mais amplo, é exatamente tornar consciente no educando essas possibilidades de diagnosticar o mundo e não somente de verificá-lo, pois, por verificação, concebe-se uma visão estática do mundo; e por diagnóstico, no sentido avaliativo, se compreende o movimento de diálogo com o mundo. Esse movimento se dá em todo o momento de nossa vida e não somente em uma “prova”.

As respostas dos coordenadores do município M3 ao item 1 e as considerações acerca da avaliação, relatadas no documento citado, podem indicar um entendimento, por parte de profissionais dessa rede de ensino, de que as avaliações externas podem ser consideradas na consecução das ações pedagógicas, mas sem se tornarem o principal foco de atuação dos profissionais da escola. Contudo, ao se analisar os itens 3, 6 e 7, observa-se que, para os coordenadores dessa rede, os professores seguem a mesma tendência dos outros municípios aqui estudados (elaboração e desenvolvimento de ações com foco nos conteúdos e descritores das avaliações externas), o que pode indicar que, mesmo não exclusivamente, as ações pedagógicas tomam como referência resultados das avaliações.

Sobre a sentença que indica uma ação dos professores com os pais ou responsáveis, com base nos resultados das avaliações (item 10), cerca de 85% dos coordenadores assinalaram que essa prática é realizada “sempre” e “quase sempre”.

Nos itens 4 e 5 — “planejar atividades pedagógicas que contemplem as necessidades de aprendizagem dos estudantes” —, mais de 90% dos coordenadores registraram serem essas iniciativas frequentes,

⁵ O documento não consta nas referências para que não haja identificação do município em estudo.

revelando uso, pelos professores, dos resultados das avaliações para o acompanhamento dos alunos. Ainda, segundo 85% dos coordenadores, os professores também comparam o desempenho dos alunos nas avaliações externas com os objetivos propostos no plano de ensino (11).

Entretanto, quando os coordenadores se referiram ao uso dos resultados das avaliações, pelos professores, para o planejamento, o percentual de respostas afirmativas é menor. Ou seja, para o item 9 — “fazer o planejamento considerando os resultados das avaliações externas” —, 71% indicaram ser prática usual entre os professores, 25% “às vezes”, e cerca de 2% “raramente”.

Desse modo, infere-se que as iniciativas dos professores parecem incidir, com maior frequência, nos alunos individualmente, ou seja, diante dos resultados são mais comuns ações visando atender às dificuldades de aprendizagem detectadas pontualmente do que àquelas relacionadas ao plano de trabalho previsto, quando consideramos as respostas dadas pelos coordenadores aos itens 4 e 5. Ao que parece, para os coordenadores, os professores tendem a não imprimir mudanças em seu planejamento em função dos resultados obtidos nas avaliações.

No entanto, quando se trata de introdução de alterações no planejamento pedagógico em decorrência dos resultados das avaliações, os professores tendem a procurar os coordenadores para orientações, como indica a frequência de resposta ao item 8, quando se verifica que 80% se concentraram nas alternativas “sempre” e “quase sempre” e cerca de 15% “às vezes”.

É possível supor que os professores, ao identificarem dificuldades de aprendizagem dos alunos, geralmente procuram soluções e alternativas para a prática pedagógica, com vistas à superação dessas dificuldades, o que não necessariamente remete à revisão de seu plano de trabalho.

Comparando respostas dos coordenadores quando se referem às suas próprias práticas e quando se referem às iniciativas dos professores, em especial nos itens que mencionam uso de resultados de avaliações para o planejamento pedagógico, nota-se que essa iniciativa é mais frequente para os coordenadores do que para os professores. O coordenador parece o responsável por explorar eventuais articulações entre os resultados

obtidos em avaliações externas e a elaboração e o planejamento das ações pedagógicas, visando atender às demandas de aprendizagem. Assim, de acordo com os coordenadores, verifica-se que, apesar de os professores se prepararem para lidar com as questões relacionadas às avaliações externas, por meio do estudo dos descritores, e se mostrarem dispostos a sanar as dificuldades de aprendizagem reveladas pelas provas, cabe ao coordenador a iniciativa de articulação entre o planejamento do trabalho pedagógico e as informações fornecidas pelas avaliações. Isso indica que esse profissional, nas redes de ensino estudadas, tem adquirido relevância no trato com as avaliações externas no âmbito escolar.

Considerações finais

O uso dos resultados das avaliações externas explorado no estudo em pauta, com base em opiniões dos coordenadores, foi abordado sob duas perspectivas: no exercício da coordenação pedagógica e na atuação do professor.

As respostas obtidas indicam que os coordenadores, no desempenho de suas funções, têm utilizado os resultados das avaliações externas tanto para sua formação quanto para a revisão ou a reformulação de documentos pedagógicos. Assim, o estudo dos descritores das avaliações tem subsidiado atividades dos coordenadores com os professores, por exemplo: formação continuada de professores, planejamento e replanejamento do trabalho pedagógico, elaboração de planos de ensino e orientações pedagógicas em geral.

Em relação ao ensino e à aprendizagem, os resultados de desempenho, na opinião dos coordenadores, têm subsidiado, principalmente, o diagnóstico das necessidades de ensino e a organização de turmas de recuperação paralela. Destaca-se que não se observou ser prática usual a formação de classes/turmas a partir desses resultados, permitindo inferir que a composição de classes homogêneas com base em dados fornecidos pelas avaliações não é uma tendência verificada nas redes estudadas. Outro

aspecto revelado pelas informações obtidas é que as escolas não têm feito uso dos resultados das avaliações para fins de comparação entre si.

Na visão dos coordenadores, os professores utilizam os resultados das avaliações externas para a identificação das dificuldades de aprendizagem dos alunos e o planejamento de atividades que atendam a essas demandas. No entanto, segundo suas manifestações, esses resultados ou as avaliações não delimitam o planejamento ou os planos de ensino dos docentes.

Percebe-se que, apesar de os resultados de desempenho em avaliações externas não representarem a única diretriz do trabalho pedagógico, a participação nas avaliações, a preparação dos alunos para as provas e seu desempenho nessas provas são considerados elementos importantes para a melhoria da aprendizagem. A participação nas avaliações vem possibilitando, segundo os coordenadores, identificar dificuldades dos alunos, apoiando encaminhamentos para sua superação. Há evidência de que ocorrem iniciativas de envolvimento dos pais ou responsáveis que visam contar com sua colaboração para que essas avaliações sejam valorizadas.

Destaca-se, com base nas manifestações dos coordenadores, a importância das avaliações externas no desenvolvimento de práticas pedagógicas nas redes municipais de ensino estudadas. O desempenho dos alunos nessas provas tende a ser tratado, por professores e coordenadores, como indicador do nível de aprendizagem dos alunos, subsidiando preponderantemente iniciativas que visam à superação das dificuldades diagnosticadas.

É possível supor que o coordenador vem assumindo papel central nesse processo. As respostas obtidas sugerem que o coordenador toma iniciativas de articulação das avaliações e seus resultados com a prática docente, bem como com o planejamento do trabalho pedagógico. Os professores, ao que parece, no uso dos resultados das avaliações, tendem a priorizar ações direcionadas à superação de dificuldades apresentadas pelos alunos, não necessariamente remetendo a alterações no plano de trabalho.

Por fim, identifica-se, a partir das informações aqui apresentadas, a tendência em amoldar o trabalho escolar à avaliação externa, já destacada em pesquisas e estudos que tratam da interação de gestores escolares e/ou docentes com resultados das avaliações. Nesse sentido, cabe alertar que as

avaliações podem contribuir para o diagnóstico, a reflexão e o aprimoramento do trabalho escolar, contudo, não devem se constituir em referência central do trabalho desenvolvido nas escolas, pois há o risco de limitar a ação pedagógica ao que é tratado nas avaliações externas, resultando em um estreitamento do projeto pedagógico das escolas.

Referências

ARCAS, P. H. *Implicações da progressão continuada e do Saesp na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências*. 2009. 89 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Dados de ensino: matrículas, docentes e rede escolar – 2009, municípios do estado de São Paulo*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232C4>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Provinha Brasil*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/provinha-brasil>>. Acesso em: 2 fev. 2013

PAGAN, A. A. *Ser (animal) humano: evolucionismo e criacionismo nas concepções de alguns graduandos em Ciências Biológicas*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIMENTA, C. O. *As avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista*. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, A. P. da; FERNANDES, M. J. da S. As avaliações externas e suas implicações para a organização da escola: o trabalho do coordenador pedagógico em foco. In: CONGRESSO NACIONAL DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2., 2012, Bauru. *Anais...* Bauru: CECMCA/UNESP, 2012.

SILVA, K. P. G. da; SOUSA, M. de. As relações que se estabelecem entre as avaliações externas gestão escolar: uma investigação do lugar da coordenação pedagógica. In: CONGRESSO NACIONAL DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2., 2012, Bauru. *Anais...* Bauru: CECEMCA/UNESP, 2012.

SILVA, M. J. de A. e. *Regulação educativa: o uso de resultados de proficiência de avaliações do PROEB por diretores escolares em Minas Gerais*. 2011. 121 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUSA, S. Z. Avaliação e gestão da educação básica. In: DOURADO, L. *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios*. São Paulo: Xamã, 2009. p. 31-45.

SOUSA, S. Z. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da Educação Básica com iniciativas do governo federal. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (Org.). *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 61-85.

SOUSA, S. Z.; ARCAS, P. H. Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. *Educação: Teoria e Prática*, v. 20, n. 35, p.181-199, 2010.

STECHEER, B. M. Consequences of large-scale, high-stakes testing on school and classroom practice. In: HAMILTON, L. S.; STECHER, B. M.; KLEIN, S. P. *Making sense of test-based accountability in education*. Santa Mônica, CA: Rand Corporation, 2002. p. 79-100.

Recebido: 28/06/2014

Received: 06/28/2014

Aprovado: 26/07/2014

Approved: 07/26/2014